

**LEI N.º 510/04, de 17 de Dezembro de 2004.**

**"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul, para o exercício de 2005".**

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

**Art. 1º** - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul -MS, para o exercício financeiro de 2005, estima à receita e fixa a despesas em igual valor de R\$ 26.068.650,00, ( Vinte e seis milhões, sessenta e oito mil e seiscentos e cinquenta reais ) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

**Art. 2º** - A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

**1. RECEITA DE TODAS AS FONTES**

**1.1 RECEITAS CORRENTES**

- Receita Tributária	R\$	3.167.900,00
- Receita Contribuições	R\$	340.000,00
- Receita Patrimonial	R\$	173.000,00
- Receita Industrial	R\$	44.500,00
- Receita de Serviço	R\$	39.000,00
- Transferências Correntes	R\$	21.731.630,00
- Outras Receitas Correntes	R\$	542.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>26.038.530,00</b>

**1.2 RECEITAS DE CAPITAL**

- Alienação de Bens	R\$	50.000,00
- Transferências de Capital	R\$	2.359.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>2.409.600,00</b>

**TOTAL DE RECEITAS** **R\$ 28.448.130,00**

### **1.3 REDUTORES**

- F.P.M	R\$	540.000,00
- LEI KANDIR	R\$	37.500,00
- I.C.M.S.	R\$	1.800.000,00
- I.P.I. EXPORTAÇÃO	R\$	1.980,00
<b>TOTAL REDUTORES</b>	<b>R\$</b>	<b>2.379.480,00</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>R\$</b>	<b>26.068.650,00</b>

**Art. 3º** - A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 26.068.650,00 (Vinte e seis milhões, sessenta e oito mil e seiscentos e cinquenta reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 17.590.082,00 (Dezessete milhões, quinhentos e noventa mil e oitenta e dois reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 8.478.568,00 (Oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

**Art. 4º** - A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

### **DESPESA DE TODAS AS FONTES**

#### **DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

- Despesas Correntes	R\$	19.090.962,00
- Despesas de Capital	R\$	6.757.688,00
- Reserva de Contingência	R\$	220.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>26.068.650,00</b>

### **I - DESPESAS POR ÓRGÃOS**

#### **-PODER LEGISLATIVO**

0100 Câmara Municipal	R\$	1.470.094,00
-----------------------	-----	--------------

### **II - PODER EXECUTIVO**

1000 Gabinete do Prefeito	R\$	1.039.700,00
2000 Secretaria Municipal de Governo	R\$	95.400,00
3000 Secretária Municipal de Administração	R\$	679.000,00
4000 Sec.Mun.de Obras Transp. Sev. Público	R\$	5.613.288,00

5000 Sec.Mun.de Educação, Cultura e Esporte	R\$	6.477.800,00
6000 Sec.Municipal de Saúde	R\$	5.512.975,00
0700 Secretária Mun. de Ação Social	R\$	2.965.593,00
0800 Sec.Mun. Desenvol. Econômico e Meio Ambiente.	R\$	739.800,00
9000 Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	R\$	1.255.000,00
9999 Reserva de Contingência	R\$	220.000,00

**TOTAL DA DESPESA COM REC. TODAS AS FONTES R\$ 26.068.650,00**

**Art. 5º** - As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstas por Fonte de Recursos com o seguinte desdobramento:

FONTE DE RECURSO		RECEITA		DESPESA
001 Recursos Ordinários	R\$	21.975.420,00	R\$	21.975.420,00
002 Recursos do Estado	R\$	1.488.500,00	R\$	1.488.500,00
003 Recursos da União	R\$	2.604.730,00	R\$	2.604.730,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$</b>	<b>26.068.650,00</b>	<b>R\$</b>	<b>26.068.650,00</b>

**Art. 6º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

**I** - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios às fontes referidas nos incisos I a III do § 1º, Art. 43 da Lei Federal Nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

**II** - realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do Art. 167 ambos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

**Parágrafo Único** - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

**I** - para atender despesas com pessoal com encargos sociais.

**II** - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei:

**III** - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

**Art. 7º** - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal Nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

**Art. 8º** - Ficam aprovadas, conforme especificações quadros anexos.

**I** – O Orçamento do **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS**, estima a Receita e fixa a Despesa para o Exercício de 2.005, em R\$ 1.610.000,00 (Um milhão, seiscentos e dez mil reais).

**Art. 9º** - As autorizações contidas nos artigos 6º e 7º desta Lei, são extensivas ao(s) orçamento(s) da(s) ENTIDADE(s) de que trata(m) o(s) inciso(s) I do Art. 8º.

**Art. 10** - Esta **LEI** entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.005, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul – MS, 17 de Dezembro de 2.004.

**João Carlos Krug**  
**Prefeito Municipal**